

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.841 - AM (2020/0263825-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO MACHADO TERRA - RJ080468  
WILLIE CUNHA MENDES TAVARES - RJ092060  
SÉRGIO ANTÔNIO FERRARI FILHO - RJ085984  
LUIZ ROBERTO FONSECA SILVA - SP351939  
JOÃO PEDRO PIMENTEL SIQUEIRA - RJ186029  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por TELEFÔNICA BRASIL S.A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, assim resumido:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MUNICÍPIO DE FONTE BOA. SERVIÇOS DE TELEFONIA. SERVIÇO ESSENCIAL. PRECARIÉDADA. DECISÃO GENÉRICA. INOCORRÊNCIA. TAC CELEBRADO COM O ESTADO DO AMAZONAS. POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO. INTERFERÊNCIA DO ESTADO SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Quanto à alegação de inépcia da inicial por pedido genérico, há possibilidade de, em ação civil pública, formulação de pedido genérico para permitir o acolhimento de tese geral, referente a determinados fatos.
2. A existência de Termo de Ajuste de Conduta - TAC celebrado no âmbito do Estado do Amazonas, com o mesmo objeto dos presentes autos, qual seja, a qualidade do serviço de telefonia móvel, não tem o condão de afastar o interesse de agir do autor, se este não está sendo cumprido.
3. No que se refere à restrição do Poder Judiciário para interferir nos casos em que a ANATEL está cumprindo seu papel de órgão regulador, tem-se uma interpretação equivocada e contrária à Constituição Federal, porquanto afronta a inafastabilidade da jurisdição, resguardada no 5º, XXV, da Constituição Cidadã.
4. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer do Ministério Público.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação do art. 300, § 3º, do CPC, no que concerne à concessão da tutela provisória de urgência, trazendo o seguinte argumento:

20. A questão que se propõe à esta e. Corte Superior é muito simples: a decisão liminar, mantida pelo v. acórdão recorrido, ao determinar que um pacote (genérico) de reparos, substituições e ampliação de todos os equipamentos de Fonte Boa, não se atentou para o fato de que se a decisão não for confirmada pela sentença de mérito, que é o que se espera, toda a estrutura instalada naquela cidade para satisfazer o comando liminar não poderá ser desinstalada ou realocada para outras localidades.

21. Em outras palavras, a decisão liminar, mantida pelo e. Tribunal de origem, portanto, é irreversível, de forma que é vedada a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada, nos termos do artigo 300, § 3º, do Código de Processo Civil (fls. 612).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância a quo.

Nesse sentido: “É sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas mediante cognição sumária e avaliação de verossimilhança. Logo, por não representarem pronunciamento definitivo a respeito do direito reclamado na demanda, são medidas suscetíveis de modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final. Em razão da natureza instável de decisão desse jaez, o STF sumulou entendimento segundo o qual "não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar" (Súmula 735/STF). O juízo de valor precário, emitido na concessão de medida liminar, não tem o condão de ensejar a violação da legislação federal, o que implica o não cabimento do Recurso Especial, nos termos da referida Súmula 735/STF”. (AgInt no AREsp 1.598.838/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 21/8/2020.)

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp 1.571.882/BA, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 01/07/2020; AgInt no REsp 1.830.644/RO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 26/06/2020; AREsp 1.610.726/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 26/06/2020; AgInt no AREsp 1.621.446/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/04/2020; AgInt no AREsp 1.571.937/PA, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 13/04/2020.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente